



# Moveltex

Centro de Competências e de Incubação de Empresas

Relatório e Contas do Exercício de 2022

**CONTEÚDO**

Relatório de Atividades	4
Balanço	15
Demonstração dos Resultados por Naturezas	16
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	17
Demonstração de Fluxos de Caixa	19
Anexo às Demonstrações Financeiras	20
Certificação Legal das Contas	
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	

ÍNDICE

RELATÓRIO DE ATIVIDADES .....	4
BALANÇO .....	15
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS .....	16
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS .....	17
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	19
ANEXO .....	20
1. Identificação da Entidade.....	20
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	20
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	21
3.1. Bases de Apresentação .....	21
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	22
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros .....	29
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	30
6. Ativos Intangíveis.....	31
7. Financiamentos Obtidos .....	31
8. Rédito.....	32
9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias .....	32
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo .....	32
11. Imposto sobre o Rendimento .....	33
12. Benefícios dos empregados.....	33
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	34
14. Outras Informações .....	34
14.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	34
14.2. Clientes e Utentes.....	35
14.3. Outros créditos a receber.....	36
14.4. Caixa e Depósitos Bancários .....	36
14.5. Fundos Patrimoniais .....	36
14.6. Fornecedores.....	37
14.7. Estado e Outros Entes Públicos .....	38
14.8. Diferimentos.....	38
14.9. Outras Dívidas a Pagar.....	39
14.10. Subsídios, doações e legados à exploração.....	39
14.11. Fornecimentos e serviços externos .....	40
14.12. Outros rendimentos .....	40
14.13. Outros gastos.....	41
14.14. Resultados Financeiros.....	41
14.15. Acontecimentos após data de Balanço.....	42

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Através do presente relatório de gestão, vem a Associação da sociedade dar conhecimento aos Associados e terceiros com os quais a sociedade se relaciona, de alguns aspetos que considera mais relevantes e relacionados com a atividade desenvolvida pela **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, no exercício de 2022.

Assim:

### 1. INTRODUÇÃO

Criada por iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, da PROFISOUSA - Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa e da AEPF - Associação Empresarial de Paços de Ferreira, a MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação, é uma entidade de direito privado e sem fins lucrativos, que tem como objetivo geral contribuir para o desenvolvimento económico do concelho de Paços de Ferreira e da região em que se insere. Esse objetivo geral, na versão mais recente dos estatutos, descreve-se no seu objeto através de três missões: promover o empreendedorismo, a criação e a incubação de empresas, bem como a coordenação/implementação do plano estratégico.

Face a estas missões e tendo em conta a natureza das suas atividades, que se reputam de interesse municipal e que, na sua maioria, não são suscetíveis de gerar receita; e ainda que as atividades desenvolvidas pela Moveltex, que geram receita, não são em montante suficiente para equilibrar as suas contas; esta instituição estabeleceu com o Município, enquanto parte interessada, um contrato programa onde se definiram atividades a desenvolver, direitos e obrigações das partes. Esse contrato-programa assenta num plano de atividades, aprovado pelos órgãos sociais da Moveltex, que mereceu a concordância do Município de Paços de Ferreira.

O referido plano de atividades da Moveltex, para o ano de 2022, previa um conjunto de atividades que se centraram em torno dos seguintes eixos:

- Incubação e empreendedorismo;
- Apoio às empresas, empreendedores e investidores;
- Incentivos Municipais ao investimento;
- Coordenação do plano estratégico;
- Comunicação.
- 

O presente relatório descreve as atividades desenvolvidas, ao longo do ano de 2022, no ponto seguinte e organiza-se em torno da mesma sequência desse plano.

A atividade da Moveltex em 2022 respeitou as suas obrigações, perante o município, autoridade tributária, segurança social e demais entidades públicas e privadas.

Por último, faz-se notar que o simples funcionamento da Moveltex, durante o ano de 2022, manteve ativo o propósito básico da sua existência, desenhado pelas últimas lideranças das instituições que partilham o seu capital, designadamente o de fortalecer um modelo de participação organizada da sociedade local na gestão pública e nas decisões de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento económico. A Câmara Municipal de Paços de Ferreira, a Profisousa e a AEPF, fazendo parte do seu património associativo e participando inclusive nos seus órgãos de gestão, tomaram parte nas decisões sobre um conjunto de iniciativas que nasceram neste quadro institucional durante o ano de 2022, bem como deram os seus contributos sobre variadíssimos outros assuntos de interesse municipal.

## 2. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

### A. INCUBAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

A atividade da incubadora decorreu com normalidade durante todo o período, mantendo-se uma elevada taxa de ocupação dos espaços disponíveis. Ao longo dos 12 meses, 14 empresas desenvolveram as suas operações a partir da Moveltex, ocupando a quase totalidade das salas disponíveis para os empreendedores (sete de um máximo de 9). A média de idade das empresas incubadas foi de 29 meses, sendo que as mesmas empregaram 32 pessoas. A incubadora manteve a certificação do IAPMEI durante o ano de 2022 e apresentou o pedido de renovação para 2023.

A estabilização da procura por espaços de incubação permitiu manter a elevada taxa de ocupação. Contudo, é de esperar que novas empresas (gerando, consequentemente, novas fontes de rendimento) venham a ocupar mais espaços na Moveltex, uma vez que a incubadora se candidatou à certificação do Instituto de Emprego e Formação e Emprego (IEFP) como Entidade de Acompanhamento Empreende XXI (EA), tendo a mesma sido contratualizada durante o ano que agora findou. No âmbito da medida Empreende XXI, as EA's prestarão apoio aos promotores e respetivas empresas, como a análise de viabilidade económico-financeira dos projetos de investimento candidatos aos apoios e a prestação de apoio de mentoria e consultoria especializada (MCE), que pode assumir diferentes modalidades.

Ao longo do ano de 2022, foi realizado um encontro de empresas incubadas, foram assegurados e efetivamente prestados os serviços de consultoria comprometidos e foram mantidas as bolsas de parceiros; foram, também, divulgadas as empresas incubadas e os seus serviços, assim como foram partilhados os eventos realizados na rede Portuspark, a que a Moveltex pertence, com a sua comunidade de empresas.

Foi ainda assegurado o funcionamento, a manutenção dos equipamentos e do edifício afetos à incubação.

Do inquérito de satisfação enviado às incubadas no final do ano, foi recebida resposta por parte de 8 das 14 empresas. Tendo-lhes sido solicitado para que pontuassem de 1 (mau) a 5 (excelente) a sua perceção sobre os indicadores infra, apresenta-se na seguinte tabela a síntese dos resultados desta auscultação:

• Como avalia as infraestruturas (instalações e equipamento) disponibilizados	12,5% - 5
	75,0% - 4
	12,5% - 2
• Como avalia os serviços prestados?	50% - 5
	50% - 4
• Como avalia o desempenho da Direção da Moveltex?	50% - 5
	50% - 4
• Recomendaria a Moveltex?	62,5% - 5
	25,0% - 4
	12,5% - 3

No início do ano de 2023, antes da elaboração do presente relatório, foi solicitado ainda às empresas incubadas durante o ano de 2022 que respondessem a um inquérito de desempenho. Contudo, e apesar da insistência manifestada para tal, apenas 3 projetos de incubação responderam, representando apenas 4 postos de trabalho cujo volume de negócio se aproxima dos 120 mil euros.

Em termos de empreendedorismo, durante o ano de 2022 a Moveltex associou-se ainda à execução de diversos outros projetos, designadamente o Empreende + com a JEEC-NA (no mês de Março), a JumpBox, com o IET (no mês de Setembro) e os Desafios 5.0, com a AEP (no mês de Novembro).

O Projeto EMPREENDE+ 2.0 destinava-se a apoiar os jovens qualificados a criar/impulsionar o seu próprio negócio, disponibilizando-lhes os meios e instrumentos para a sua criação e sustentabilidade, nas áreas (entre outras) da Arquitetura, Design, Moda ou Publicidade. O projeto



permitia o acesso a Bolsa Mensal de apoio ao empreendedor, acompanhamento técnico individual especializado (consultoria especializada na área Jurídica, da Gestão e Finanças, da Gestão de Recurso Humanos e na área Comercial/Marketing), mentoria especializada na área de negócio, *workshops* e um prémio para as duas melhores ideias de negócio.

A Jump Box, promovida pelo IET - Instituto Empresarial do Tâmega em parceria com a Moveltex, destinou-se a jovens desempregados ou que pretendiam uma reconversão profissional. O projeto trabalhou o autoconhecimento, desenvolvimento pessoal, o empreendedorismo e networking com empresas e mentores especializados, oferecendo aos jovens uma formação gratuita, não formal, criativa e aplicável ao mundo real. Neste projeto, estiveram envolvidas a Profisousa – Associação do Ensino Profissional do Vale do Sousa e o IEFP.

Com a AEP, promoveu-se o projeto DESAFIOS 5.0, cofinanciado pelo COMPETE2020 através do Portugal2020 e do Fundo Social Europeu. Este projeto de promoção do espírito empresarial tinha tipologias de ações que informam e capacitam jovens empreendedores, orientando-os num quadro de inovação do ecossistema empreendedor e de resposta a desafios económicos e societais, permitindo a criação de condições que facilitam, apoiam e incrementam a materialização das ideias de negócio e minimizam as dificuldades apresentadas por empreendedores, contribuindo para um ambiente mobilizador e propício ao empreendedorismo qualificado e criativo, traduzindo-se em iniciativas empresariais com impacto significativo na melhoria do bem-estar social e no crescimento inteligente, inclusivo e sustentável.

Por último, é importante ainda referir a ligação da Moveltex à Startup Portugal, através da qual marcou presença em dois eventos significativos: no Encontro com incubadoras e aceleradoras que decorreu no Ceia em Matosinhos, em primeiro lugar, e na edição de 2022 da Web Summit Lisbon.

## **B. APOIO ÀS EMPRESAS, EMPREENDEDORES E INVESTIDORES**

O Espaço Empresa agrega, no mesmo local, os serviços que começaram por ser prestados pelo Balcão das Empresas, ainda antes do Município ser convidado, em 2018, a instalar com o IAPMEI e demais entidades este serviço dedicado aos empresários e empreendedores. Nele são prestados um conjunto alargado de serviços das diferentes entidades da administração central que aderiram ao Espaço Empresa e ainda garantido o apoio e articulação com os diferentes serviços do Município de Paços de Ferreira e da Associação Empresarial de Paços de Ferreira. Assim, a Moveltex assegurou a coordenação do Espaço Empresa e continuou a prestar, através deste, os seguintes serviços do Balcão das Empresas:

- Apoio à instalação e ao investimento de empresas (fazendo a identificação de potenciais locais para a instalação ou de infraestruturas existentes, bem como apresentando propostas de localização);
- Apoio ao comércio local, nacional e internacional;
- Articulação com entidades públicas;
- Informação às empresas sobre apoio ao investimento;
- Serviço de acolhimento (para investidores e potenciais clientes das empresas locais).

Durante o ano de 2022, a Moveltex assegurou o funcionamento dos serviços que diziam respeito ao Balcão das Empresas e a sua coordenação com os do Espaço Empresa, tendo inclusive participado no Encontro Nacional dedicado aos mesmos.

A funcionar fisicamente a partir das instalações da Moveltex (antiga Esquadra 12), estas atividades geraram um total de 179 casos acompanhados, muitos dos quais com vários atendimentos ou reuniões de trabalho. Os registos dos casos acompanhados, em várias ocasiões, requereram um vasto conjunto de ações subseqüenciais, nomeadamente reuniões, visitas físicas a empresas ou locais de possíveis investimentos, elaboração de propostas e organização de iniciativas, etc.

À margem das atividades do Balcão das Empresas/Espaço Empresa mas ainda enquadrado na questão do apoio às empresas, a Moveltex divulgou junto de grupos de empresas com potencial interesse a Bolsa de Sourcing da Chambre de Commerce et d'Industrie Luso-Française – CCILF, organizada no âmbito do Seminário “Portugal e a relocalização das indústrias tradicionais na Europa”, que teve lugar no Porto, em março. A iniciativa contou com a participação de 13 empresas francesas à procura de fornecedores e parceiros industriais locais, algumas multinacionais e outras de menor dimensão. O conjunto de empresas participantes dedicavam-se a variadíssimas áreas de atividade, estando entre elas a do mobiliário de madeira e têxtil lar (registou-se a participação de empresas de Paços de Ferreira).

## C. INCENTIVOS MUNICIPAIS AO INVESTIMENTO

Tal como previsto no plano de atividades e considerando o tempo decorrido desde a sua aprovação, a sua aplicação aos casos concretos, a nova realidade económica e social vivida no Município de Paços de Ferreira e a necessidade de adaptação à lei atual, propôs-se um documento base para revisão do regulamento municipal, para discussão em sede autárquica.



## D. AÇÕES PARA OS SETORES DO MOBILIÁRIO, TÊXTIL E VESTUÁRIO

Na sequência do primeiro Plano Estratégico desenvolvido pelo Centro de Estudos em Ciências Empresariais e Jurídicas (CECEJ) do ISCAP para os setores do mobiliário e têxtil/vestuário, sob o título "Paços de Ferreira, 2020 - Opções de Futuro: Comunidade ativa e resiliência empresarial", cujo horizonte temporal se esgotou, foi desenvolvido e apresentado um segundo plano estratégico para o horizonte 2020/2030. O documento designado "Plano Estratégico Paços de Ferreira 2020/2030 | Catalisar o crescimento das Empresas" resultou do trabalho que foi desenvolvido pela Universidade Católica Portuguesa e foi apresentado a 19 de setembro de 2022. O documento prevê um conjunto de sete projetos estratégicos e define um modelo de *governance* que foi de imediato iniciado.

Para além desta iniciativa, objeto central da sua missão, a Moveltex reorganizou a sua atividade já no final do ano, sendo que o reflexo desta reorganização será visível no plano de atividades de 2023. Até então, a sua missão, em torno do plano estratégico, determinava as suas atividades centradas em dois domínios: através de atividades organizadas, por si, diretamente, ou coordenando e/ou acompanhando atividades desenvolvidas por outras entidades.

As atividades planeadas para o ano de 2022 foram executadas em articulação com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, a Associação Empresarial de Paços de Ferreira e a Profisousa:

### 1. Ações desenvolvidas diretamente com vista à promoção das empresas:

Tendo em conta que um dos pilares do objeto social da Moveltex é a orientação estratégica, pode dizer-se que o ano de 2022 será um marco na sua ação, porquanto permitiu a conclusão da segunda geração do Plano Estratégico de Paços de Ferreira.

- Tal como anteriormente referido, o documento estratégico foi elaborado pela Universidade Católica e foi apresentado em setembro de 2022. No documento estão inscritas, como ações centrais e estratégicas, sete projetos e um modelo de gestão deste plano. Cada projeto terá um *project leader* e será implementado um modelo de *governance* para medir, acompanhar e monitorizar a sua evolução e, eventualmente, decidir sobre eventuais alterações. Até ao final do ano de 2022, ficou ainda definido a forma como vai ser governado e foi calendarizada a sua atividade.
- A segunda principal ação da Moveltex durante 2022 decorre já da prossecução de um dos projetos estratégicos, tendo a Moveltex intervindo no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento do Centro Tecnológico e de Inovação para a Indústria da Madeira e do Mobiliário. Em articulação com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, a Comunidade



Intermunicipal Tâmega e Sousa e muitos outros parceiros, foi possível realizar as visitas de *benchmarking* e realizar as reuniões de articulação e/ou de decisão que permitiram que o projeto apresentasse, no final do ano, um elevado nível de maturidade.

- Em termos de ações diretas realizadas pelas Moveltex, e dando continuidade aos temas que transitaram do plano estratégico anterior, destaca-se o incremento de 12 novas empresas no Projeto MOVE e a reta final da sua execução. O projeto de Formação/Ação MOVE, destinado a desenvolver a economia digital e a indústria 4.0., teve a participação de 36 empresas.
- Por último, importa salientar a participação no Cabo Verde Investment Forum (durante o mês de junho), que permitiu a realização de encontros ao mais alto nível governamental e da administração pública daquele país insular tendo em vista a facilitação do acesso à mão-de-obra disponível naquele país pertencente aos PALOP – e em falta nas nossas indústrias. Na sequência deste encontro, algumas empresas de Paços de Ferreira encerram contactos diretos com altos responsáveis daquele território. O projeto visava ainda a possibilidade de criar um programa de formação dedicado e a possibilidade de investimento naquele território como forma de chegar à plataforma africana.

## 2. Atividades de coordenação e acompanhamento:

Com relevo para a coordenação do anterior plano estratégico e com os olhos postos nos novos domínios e ações previstas no novo documento, que orientará o papel da AEPF e da Câmara Municipal no que respeita ao desenvolvimento económico local, foram desenvolvidas outras atividades que, para além das que referidas previamente, visaram também os mesmos objetivos de promoção da economia do território. Dentro desse conjunto, são destacadas as seguintes:

- Aproveitando o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente no que se refere à sua Componente 16 -Empresas 4.0, integrada na dimensão da Transição Digital, ao abrigo do Aviso N.º 01/C16-i02/2022, a Moveltex contribuiu para a apresentação de uma manifestação de interesse para o Desenvolvimento de Projetos no âmbito dos Bairros Comerciais Digitais em Paços de Ferreira, tendo sido apresentada e acolhida essa manifestação, através de um consórcio entre a Câmara e a AEPF.
- Para além da contínua articulação entre a Câmara e AEPF na elaboração do novo plano estratégico, o arranque dos trabalhos que decorrem da sua existência motivou necessariamente a realização de um alargado conjunto de reuniões com outras entidades (designadamente e entre outras a CIM-TS, as Universidades de Aveiro, Minho e os Institutos Politécnicos do Porto e de Viseu, INESC-TEC, AIMMP e APIMA), cujo resultado final foi a elaboração de uma proposta de estatutos para a criação do Centro de Tecnologia e Inovação

da Madeira e Mobiliário, um dos sete projetos estratégicos no Plano Estratégico Paços de Ferreira 2030.

- Através da participação no Encontro Nacional das Indústrias da Madeira e Mobiliário que decorreu em novembro, no CFPIMM Lordelo, sob o tema "As pessoas: Novos desafios para as qualificações e competências do setor", foi possível aproximar a Profisousa do CFPIMM e da discussão sobre as novas qualificações para o setor.
- Foi promovida a articulação entre diversas entidades, designadamente entre as escolas locais, a Profisousa, a CMPF e a AEPF, tendo em vista à apresentação de uma candidatura a um CTE industrial que seja capaz de apetrechar a Escola Profissional de umas oficinas modernas e adequadas ao ensino.
- Para acompanhar e dar corpo a projetos em curso, foram ainda registadas participações em eventos de terceiros com interesse para o desenvolvimento local, nomeadamente:
  - ✓ Visita a dois certames internacionais, tendo em conta objetivos concretos:
    - I. MDW - Design Week Marbella – pretendendo-se analisar e verificar o modelo de organização e dimensão do evento, tendo em vista a criação de eventos similares no território de Paços de Ferreira;
    - II. S-Moving – Smart and Sustainable Mobility/ Green Cities Urban Inteligence and Sustainability – intenção de identificar tecnologias úteis para a candidatura aos Bairros Comerciais Digitais.
  - ✓ A participação no IDC Direction, o principal evento de IT e Transformação Digital em Portugal, que decorreu no fim de setembro.
- Por último, importa referir também a participação no "Encontro entre a Madeira e o Vinho", que teve lugar no Museu Municipal do Móvel e foi co-organizado pela AIMMP, Associação Empresarial de Paços de Ferreira e Club Vinhos Leclerc, em articulação com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira. A conversa, que versou o tema "Madeira, um material nobre num setor em transformação" e que contou com a participação de dezenas de empresários, permitiu não só o *networking* como a aproximação a importantes *players* para a concretização de alguns dos projetos estratégicos.

## E. COMUNICAÇÃO

Enquanto instituição instrumental ao serviço das instituições que a constituíram e, por conseguinte, ao serviço da comunidade (e, em particular, da comunidade empresarial), a Moveltex respeitou as suas obrigações institucionais em termos de comunicação, designadamente através do seu site, que foi remodelado e atualizado. Através dele é dado cumprimento às obrigações de prestar informação ao público, nomeadamente por ser uma incubadora certificada pelo IAPMEI e também por ser uma entidade adjudicante.

Ciente do seu papel em relação às entidades que constituem o seu corpo associativo, manteve uma relação de articulação com todos sem deixar de dar a conhecer as suas atividades e disponibilizar informações pertinentes aos públicos que serve, cumprindo simultaneamente os objetivos públicos da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e indo ao encontro dos interesses das empresas da região e associadas da Associação Empresarial de Paços de Ferreira, além do rigoroso cumprimento dos dever de informação e de entrega de relatórios das suas atividades que advêm dos contratos que formalizou.

Tendo ainda em conta que o seu fim último é o desenvolvimento económico do Município de Paços de Ferreira e das suas empresas e com ele garantir o bem-estar dos cidadãos residentes no respetivo território, a Moveltex tem assumido uma comunicação institucional, através da manutenção da sua página própria – site – (que atualizou) e uma página de *Facebook*, para além de ter, sempre que necessário, tentado estimular a imprensa a fazer publicações sobre a sua atividade ou sobre a atividades dos seus *stakeholders*, como se pode aferir através:

- Da remodelação e manutenção do seu site oficial
  
- Da manutenção e atualização da sua conta do Facebook, com publicações sobre as atividades próprias ou assuntos que digam respeito aos seus públicos, designadamente sobre os Bairros Comerciais Digitais, Desafios 5.0, Empreende XXI, Bolsa de Sourcing ou Empreende +;
  
- Das publicações de imprensa sobre:
  - ✓ Os trabalhos desenvolvidos pela incubada MainGuilty e nott;
  - ✓ Apresentação do plano estratégico
  - ✓ Paços de Ferreira participa no projeto "Bairros Comerciais Digitais"
  - ✓ Centro Tecnológico e de Inovação das Indústrias da Madeira e Mobiliário;
  - ✓ Do projeto de empreendedorismo em parceria com a AEP.

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2022 verificou-se um aumento do Resultado Líquido face a 2021, que é positivo em 2.285,93 euros (-995,07 euros em 2021).

As principais variáveis conheceram o seguinte movimento:

- As Prestações de Serviços cifraram-se no valor de 30.827.13 euros, registando um aumento de 72% em comparação com o exercício de 2021;

- Os Fornecimentos e Serviços Externos verificaram um aumento de cerca de 7%, aumento este explicado, principalmente, com o aumento dos trabalhos especializados;

- Verificou-se também um aumento de cerca de 21% com Gastos com Pessoal, tendo para tal contribuído o facto de se ter atualizado o salário do diretor executivo e com os trabalhos desenvolvidos na sequência da aprovação do plano estratégico e do seguimento que se lhe deu, em especial, aos esforços para a criação, em Paços de Ferreira, do Centro Tecnológico para a Indústria da Madeira e do Mobiliário.

### 4. DIVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2022, a empresa não tinha quaisquer dívidas à Administração Fiscal, ao Centro Regional de Segurança Social, nem a quaisquer outras entidades públicas.

### 5. ATIVIDADE DA ASSOCIAÇÃO

Comprometida com o futuro e reagindo a uma envolvente cada vez mais exigente e competitiva, os sócios da MOVEITEX continuarão a ter uma posição interventiva na dinamização da sua atividade, de modo a articular o seu desempenho com cada uma das instituições participantes, por forma a que os resultados globais sejam sentidos por toda a comunidade que servem, os empresários, os empreendedores e, em última análise, a população da região que beneficiará de uma melhor economia local.

✓  
AA

## 6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A MOVELTEx obteve um resultado líquido positivo de 2.285,93 euros (Dois Mil Duzentos e Oitenta e Cinco Euros e Noventa e Três Cêntimos), propondo-se a transferência para as rubricas de Reservas Legais (114,30 euros) e de Resultados Transitados (2.171,63 euros).

## 7. AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança, em particular aos empreendedores, porque a eles se deve muito do nosso crescimento e desenvolvimento das nossas atividades.

Às pessoas e instituições que colaboram com a Moveltex, a todos os parceiros e aos Auditores, a quem também gostaríamos de deixar uma mensagem de apreço, pelo seu profissionalismo e empenho, fundamental ao crescimento sustentado da Associação.

Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023

A Direção



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira – Presidente

---

Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito – Vogal

---

Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

## BALANÇO

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
<b>ATIVO</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	177 996,88	183 188,02
Ativos intangíveis	6	1 403,33	1 443,33
Outros investimentos financeiros		1 406,40	1 159,20
Subtotal		180 806,41	185 790,55
Ativo corrente			
Clientes	14.2	21 053,33	16 316,34
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.7	0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	0,00	0,00
Outros créditos a receber	14.3	21 903,70	87 967,78
Diferimentos	14.8	26 989,23	0,00
Caixa e depósitos bancários	14.4	12 441,15	15 752,71
Subtotal		82 387,41	120 036,83
<b>Total do ativo</b>		<b>263 193,82</b>	<b>305 827,38</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.5	200 000,00	200 000,00
Reservas	14.5	2 158,60	2 158,60
Resultados transitados	14.5	-159 691,99	-158 696,92
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.5	108 371,00	112 100,78
Resultado Líquido do período		2 285,93	-995,07
<b>Total do fundo do patrimonial</b>		<b>153 123,54</b>	<b>154 567,39</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões	9	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	14.9	0,00	0,00
Subtotal		0,00	0,00
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	14.6	33 538,81	5 393,03
Adiantamentos de clientes	14.2	839,60	590,40
Estado e outros Entes Públicos	11 ; 13 ; 14.7	3 672,90	3 480,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.1	37 595,04	38 595,04
Financiamentos obtidos	7	0,00	0,00
Diferimentos	14.8	7 853,34	77 813,80
Outras dívidas a pagar	14.9	26 570,59	25 387,72
Subtotal		110 070,28	151 259,99
<b>Total do passivo</b>		<b>110 070,28</b>	<b>151 259,99</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>263 193,82</b>	<b>305 827,38</b>

Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

Direção

  
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.783)

  
Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Vogal

  
Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	30 827,13	17 892,50
Subsídios, doações e legados à exploração	14.10	129 960,46	123 735,57
Fornecimentos e serviços externos	14.11	-111 304,73	-104 435,28
Gastos com o pessoal	12	-43 950,31	-36 396,90
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.2	0,00	0,00
Outros rendimentos	14.12	3 729,78	3 729,78
Outros gastos	14.13	-1 066,23	-156,73
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>8 196,10</b>	<b>4 368,94</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 ; 6	-5 231,34	-5 231,34
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2 964,76</b>	<b>-862,40</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.14	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.14	0,00	-0,15
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>2 964,76</b>	<b>-862,55</b>
Imposto sobre o rendimento do período	11 ; 14.7	-678,83	-132,52
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>2 285,93</b>	<b>-995,07</b>

Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023

O Contabilista Certificado



Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13 763)

Direção



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente



Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Vogal



Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal



**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS**

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021**

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transfidos	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	1	200 000,00	1 165,94	-177 557,48	115 830,56	19 853,22	159 292,24
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>							
Aplicação de resultados		0,00	992,66	18 860,56	0,00	-19 853,22	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	-3 729,78	0,00	-3 729,78
		0,00	992,66	18 860,56	-3 729,78	-19 853,22	-3 729,78
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3					-995,07	-995,07
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4=2+3					-20 848,29	-4 724,85
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021</b>	6=1+2+3+4	200 000,00	2 158,60	-158 696,92	112 100,78	-995,07	154 567,39

(valores em Euro)

Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

*Manuel José Pereira Monteiro*  
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

A Direção

*Sérgio Amândio Pereira Valentes Ferreira*  
Sérgio Amândio Pereira Valentes Ferreira - Presidente  
*Fernando Leal Fielício de Brito - Vogal*  
Fernando Leal Fielício de Brito - Vogal

Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2022**

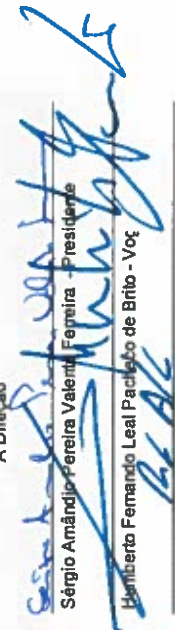

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	
1		200 000,00	2 158,60	-158 696,92	112 100,78	-995,07	154 567,39
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-995,07	0,00	995,07	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	0,00	0,00	-3 729,78	0,00	-3 729,78
		0,00	0,00	-995,07	-3 729,78	995,07	-3 729,78
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3					2 285,93	2 285,93
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3					3 281,00	-1 443,85
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
Outras operações	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO 2022	6=1+2+3+4	200 000,00	2 158,60	-159 691,99	108 371,00	2 286,93	153 123,54

Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

  
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

A Direção

  
Sérgio Amândio Pereira Valente - Presidente  
  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Vogal

Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

### DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(valores em Euro)

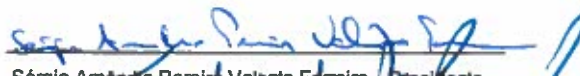
RUBRICAS	NOTAS	Periodos	
		2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto</b>			
Recebimentos de clientes e utentes		22 442,96	13 235,67
Pagamento a fornecedores		-110 148,18	-124 051,32
Pagamentos ao pessoal		-43 325,29	-35 284,81
Caixa gerada pelas operações		-131 030,51	-146 100,46
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-383,18	-798,00
Outros recebimentos/pagamentos		129 349,33	124 579,90
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		<b>-2 064,36</b>	<b>-22 318,56</b>
<b>Fluxos de caixa das atividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		247,20	193,20
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outros ativos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		<b>-247,20</b>	<b>-193,20</b>
<b>Fluxos de caixa das atividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,15
Outras operações de financiamento		1 000,00	2 500,00
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		<b>-1 000,00</b>	<b>-2 500,15</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<b>-3 311,56</b>	<b>-25 011,91</b>
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		15 752,71	40 764,62
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14.4	12 441,15	15 752,71

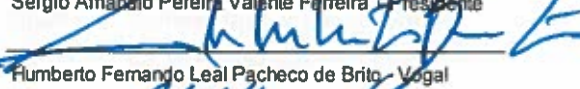
Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023


O Contabilista Certificado

Direção

  
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

  
Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Vogal

  
Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

## ANEXO

### 1. Identificação da Entidade

A **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** (anteriormente denominada **TECVAL – Centro de Incubação de Empresas de Novas Tecnologias do Vale do Sousa, Associação**), é uma Associação sem fins lucrativos de Direito Privado, constituída em 29 de Julho de 2004, pelos Associados fundadores:

- Câmara Municipal de Paços de Ferreira;
- Associação Empresarial de Paços de Ferreira; e
- Profisousa – Associação de Ensino Profissional do Vale do Sousa.

A Associação tem (i) a sua sede na Rua Dr. Nicolau Carneiro, 196, Concelho de Paços de Ferreira e (ii) por objeto social, a gestão de infra-estruturas de acolhimento e incubação de recém criadas empresas de novas tecnologias e a prestação de serviços às empresas acolhidas ou incubadas, incluindo formação profissional e ou empresarial. Para o efeito dispõe de um Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica para acolher Empresas de base tecnológica e Instituições ligadas à envolvente externa na Zona do Vale do Sousa.

É da opinião da Direção que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Associação, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2022.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC - ESNL).

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

PA  
✓  
✗  
✓

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

O DL n.º 98/2015 de 2 de Junho alterou o DL n.º 158/2009 de 13 de julho.

No período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2016, as entidades devem aplicar as novas políticas contabilísticas alteradas pelo Aviso n.º 8256/2015, de 29 de Julho, sem reexpressar os saldos existentes no início desse período, e divulgar no Anexo as quantias que não sejam comparáveis.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (SNC) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes



rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente

atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação, encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 10
Equipamento administrativo	7 a 14
Outros activos fixos tangíveis	5 a 8

A Associação revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

### 3.2.2. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Associação determina a vida útil e o método de amortização dos ativos intangíveis com base na estimativa de consumo dos benefícios económicos associados ao ativo, sendo amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada o qual varia entre 3 e 4 anos.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.



### 3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

#### Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### Cientes e outros créditos a Receber

Os "Clientes" e as "Outros créditos a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

## Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

## Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

## Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras dívidas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.4. Fundos Patrimoniais**

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.5. Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

### 3.2.6. Financiamentos Obtidos

#### Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso ou venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

### 3.2.7. Subsídios do Governo e Apoios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando houver uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos, e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no fundo patrimonial, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam. Nos casos em que os subsídios estejam relacionados com ativos fixos tangíveis não depreciables ou ativos intangíveis com vida útil indefinida serão mantidos no fundo patrimonial exceto quanto a quantias que sejam necessárias para compensar eventuais perdas por imparidade.

Subsídios do Governo reembolsáveis são passivos e como tal registados e apresentados. O eventual benefício decorrente da isenção ou bonificação de juros não é registado como ganho.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são aqueles que não sejam os que estão relacionados com ativos. Estes são reconhecidos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

### 3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de



- utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRCI.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos e cinco anos para a Segurança Social a partir de 2001, exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### **4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

## 5. Ativos Fixos Tangíveis

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	103 848,15	0,00	0,00	0,00	0,00	103 848,15
Equipamento administrativo	985,11	0,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	-1 176,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 176,92
<b>Total (1)</b>	<b>357 936,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>357 936,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	69 449,21	4 933,04	0,00	0,00	0,00	74 382,25
Equipamento básico	99 178,75	0,00	0,00	0,00	0,00	99 178,75
Equipamento administrativo	429,20	133,30	0,00	0,00	0,00	562,50
Outros activos fixos tangíveis	500,00	125,00	0,00	0,00	0,00	625,00
<b>Total (2)</b>	<b>169 557,16</b>	<b>5 191,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>174 748,50</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>188 379,36</b>	<b>-5 191,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>183 188,02</b>
31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
<b>Custo</b>						
Edifícios e outras construções	254 280,18	0,00	0,00	0,00	0,00	254 280,18
Equipamento básico	103 848,15	0,00	0,00	0,00	0,00	103 848,15
Equipamento administrativo	985,11	0,00	0,00	0,00	0,00	985,11
Outros activos fixos tangíveis	-1 176,92	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 176,92
<b>Total</b>	<b>357 936,52</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>357 936,52</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Edifícios e outras construções	74 382,25	4 933,04	0,00	0,00	0,00	79 315,29
Equipamento básico	99 178,75	0,00	0,00	0,00	0,00	99 178,75
Equipamento administrativo	562,50	133,30	0,00	0,00	0,00	695,80
Outros activos fixos tangíveis	625,00	125,00	0,00	0,00	0,00	750,00
<b>Total</b>	<b>174 748,50</b>	<b>5 191,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>179 939,84</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>183 188,02</b>	<b>-5 191,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>177 996,68</b>

## 6. Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
<b>Custo</b>						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
<b>Total (1)</b>	<b>120 352,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120 352,58</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Outros ativos intangíveis	118 869,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 909,25
<b>Total (2)</b>	<b>118 869,25</b>	<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118 909,25</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>1 483,33</b>	<b>-40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 443,33</b>

31 de Dezembro de 2022						
	Saldo em 01-Jan-2022	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2022
<b>Custo</b>						
Outros ativos intangíveis	120 352,58	0,00	0,00	0,00	0,00	120 352,58
<b>Total</b>	<b>120 352,58</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>120 352,58</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Outros ativos intangíveis	118 909,25	40,00	0,00	0,00	0,00	118 949,25
<b>Total</b>	<b>118 909,25</b>	<b>40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>118 949,25</b>
<b>Total (1)-(2)</b>	<b>1 443,33</b>	<b>-40,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 403,33</b>

## 7. Financiamentos Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2022, a rubrica de Financiamentos Obtidos é nula.

## 8. Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Vendas	0,00	0,00
Vendas (1)	0,00	0,00
Serviços Prestados a Clientes e Utentes	30 827,13	17 892,50
Quotas e Jóias	0,00	0,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Prestação de Serviços (2)	30 827,13	17 892,50
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Juros, Royalties e Dividendos (3)	0,00	0,00
Total (1)+(2)+(3)	30 827,13	17 892,50

## 9. Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e garantias

### Provisões

Nos períodos de 2022 e 2021, não ocorreram variações relativas a provisões.

### Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

### Ativos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Empresa não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

## 10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022, a Entidade recebeu um subsídio por parte da Câmara Municipal de paços de Ferreira, no âmbito dos seus fins estatutários. Reconheceu também um proveito relacionado com o subsídio à exploração, no âmbito da candidatura POCI-03-3519-FSE-000645, designada por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo.



**11. Imposto sobre o Rendimento**

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2022	2021
IRC Liquidado	132,69	0,00
Tributação Autónoma	546,14	132,52
<b>Total</b>	<b>678,83</b>	<b>132,52</b>

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

Descrição	2022	2021
Imposto Corrente	678,83	132,52
Imposto Diferido	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>678,83</b>	<b>132,52</b>

**12. Benefícios dos empregados**

Para os períodos de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes Gastos com Pessoal:

Descrição	2022	2021
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao Pessoal	36 484,38	30 174,92
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	0,00	0,00
Encargos sobre as Remunerações	7 165,83	5 977,41
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	300,10	244,57
Gastos de Acção Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>43 950,31</b>	<b>36 396,90</b>

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 foi de:

	2022	2021
Número médio de empregados	1	1
Número de empregados no fim do período	1	1

### 13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Em 31 de Dezembro de 2022 a entidade não possuía dívidas ao Estado, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

### 14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

#### 14.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador		
- AEPF	20 540,42	20 540,42
- Profisousa	17 054,62	18 054,62
<b>Total</b>	<b>37 595,04</b>	<b>38 595,04</b>

**14.2. Clientes e Utentes**

Para os períodos de 2022 e 2021, a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
<b>Clientes e Utentes c/c</b>	<b>21 053,33</b>	<b>16 316,34</b>
Clientes	21 053,33	16 316,34
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>	<b>470,83</b>	<b>470,83</b>
Clientes	470,83	470,83
Utentes	0,00	0,00
<b>Total (1)</b>	<b>21 524,16</b>	<b>16 787,17</b>
<b>Imparidades de Clientes e Utentes c/c</b>	<b>-470,83</b>	<b>-470,83</b>
Clientes	-470,83	-470,83
Utentes	0,00	0,00
<b>Total (2)</b>	<b>-470,83</b>	<b>-470,83</b>
<b>Total (1)+(2)</b>	<b>21 053,33</b>	<b>16 316,34</b>
<b>Adiantamentos de Clientes e Utentes c/c</b>	<b>-839,60</b>	<b>-590,40</b>
Clientes	-839,60	-590,40
Utentes	0,00	0,00

Nos períodos de 2022 e 2021 foram registadas as seguintes "Perdas e Reversões de Perdas por Imparidade":

Descrição	2022	2021
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 14.3. Outros créditos a receber

A rubrica de "Outros créditos a receber", a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	14 050,36	10 153,98
Outros Devedores	7 853,34	77 813,80
<b>Total</b>	<b>21 903,70</b>	<b>87 967,78</b>

O montante evidenciado a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 na rubrica de "Outros devedores" diz respeito ao valor a receber relativo ao subsídio à exploração, no âmbito da candidatura POCI-03-3519-FSE-000645, designada por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo (ver Nota 14.8).

### 14.4. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa	42,37	74,62
Depósitos à ordem	12 398,78	15 678,09
Depósitos a prazo	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12 441,15</b>	<b>15 752,71</b>

### 14.5. Fundos Patrimoniais

O Fundo Social da MOVELTEX, em 31 de Dezembro de 2022, encontra-se totalmente realizado e detalha-se como segue:

Associados	31.12.2022		31.12.2021	
	% Participação	Património	% Participação	Património
AEPF	63,64%	127 272,73	63,64%	127 272,73
CMPF	27,27%	54 545,45	27,27%	54 545,45
Profisousa	9,09%	18 181,82	9,09%	18 181,82
	<b>100%</b>	<b>200 000,00</b>	<b>100%</b>	<b>200 000,00</b>

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2022	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2022
Fundos	200 000,00	0,00	0,00	200 000,00
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	2 158,60	0,00	0,00	2 158,60
Resultados transitados	-158 696,92	-995,07	0,00	-159 691,99
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	112 100,78	0,00	-3 729,78	108 371,00
Resultado líquido do período	-995,07	-11 631,74	995,07	-11 631,74
<b>Total</b>	<b>154 567,39</b>	<b>-12 626,81</b>	<b>-2 734,71</b>	<b>139 205,87</b>

### Distribuição de Resultados

O Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2021 de 995,07 euros (Novecentos e Noventa e Cinco Euros e Sete Cêntimos) foi transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

### Outras Variações no Fundo Patrimonial

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, detalha-se como segue:

OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Valor
Outras variações de capital próprio 31.12.2020	115 830,56
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2021	112 100,78
Reconhecimento do proveito	-3 729,78
Outras variações de capital próprio 31.12.2022	108 371,00

### 14.6. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c	33 538,81	5 393,03
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00	0,00
<b>Total Fornecedores</b>	<b>33 538,81</b>	<b>5 393,03</b>

#### 14.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos	678,83	132,52
Retenção Imposto sobre Rendimento	1 030,75	778,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	435,62	1 393,24
Segurança Social	1 483,16	1 158,83
Outros Impostos e Taxas	44,54	17,41
<b>Total</b>	<b>3 672,90</b>	<b>3 480,00</b>

#### 14.8. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 a rubrica de "Diferimentos" apresenta os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
<b>Gastos a reconhecer:</b>		
Seguros	14,03	0,00
Outros	26 975,20	0,00
<b>Total</b>	<b>26 989,23</b>	<b>0,00</b>
<b>Rendimentos a reconhecer:</b>		
Subsídios	7 853,34	77 813,80
<b>Total</b>	<b>7 853,34</b>	<b>77 813,80</b>

O montante evidenciado a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 na rubrica de "Rendimentos a Reconhecer" diz respeito ao proveito a reconhecer relativo a um subsídio à exploração, no âmbito da candidatura POCI-03-3519-FSE-000645, designada por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo (ver Nota 14.3).

**14.9. Outras Dívidas a Pagar**

A rubrica "Outras dívidas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	0,00	1 800,67	0,00	1 388,25
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>	0,00	5 640,80	0,00	5 428,20
Remunerações a pagar	0,00	5 640,80	0,00	5 428,20
Outras credores por acréscimos de gastos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros credores</b>	0,00	19 129,12	0,00	18 571,27
<b>Total</b>	0,00	26 570,59	0,00	25 387,72

As Outras Dívidas a Pagar incluem 5.640,80 euros (em 2021: 5.428,20 euros) de credores por acréscimos de gastos relativos a direitos adquiridos por trabalho prestado (férias e subsídio de férias) em 2022 e a liquidar em 2023.

**14.10. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade no período de 2022 reconheceu um subsídio recebido por parte da Câmara Municipal de Paços de Ferreira no montante de 60.000 euros (em 2021: 60.000 euros).

Foi também reconhecido em 2022 um proveito referente ao subsídio, no âmbito da candidatura POCI-03-3519-FSE-000645, designado por Formação-Ação para PME – 2.º Ciclo, no montante de 69.960,46 euros (em 2021: 63.735,57 euros).

**14.11. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Trabalhos Especializados	98 321,51	88 808,41
Publicidade e Propaganda	0,00	4 444,27
Transporte de Mercadorias	0,00	1 354,69
Rendas e alugueres	0,00	414,42
Conservação e reparação	0,00	140,46
Outros	40,20	116,95
Serviços Bancários	74,30	97,00
Contencioso e Notariado	94,36	559,17
Material de Escritório	235,67	1 253,34
Limpeza, Higiene e Conforto	282,14	1 504,99
Comunicação	533,73	505,82
Honorários	2 612,59	0,00
Despesas de Representação	3 817,20	143,78
Deslocações e Estadas	5 293,03	5 091,98
<b>Total</b>	<b>111 304,73</b>	<b>104 435,28</b>

**14.12. Outros rendimentos**

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00	0,00
Imputação do Subsídio para Investimento	3 729,78	3 729,78
<b>Total</b>	<b>3 729,78</b>	<b>3 729,78</b>

O montante evidenciado na rubrica subsídios, respeita ao reconhecimento do proveito relacionado com o subsídio obtido relacionado com o contrato de concessão de incentivos, celebrado em 2005, com o IAPMEI (POR/2005/0013/3.1/DREN).



## 14.13. Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	3,17	6,73
Correções relativas a exercícios anteriores	812,40	0,00
Outros Gastos e Perdas	250,66	150,00
<b>Total</b>	<b>1 066,23</b>	<b>156,73</b>

## 14.14. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	0,00	0,15
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,15</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>0,00</b>	<b>-0,15</b>

## 14.15. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção em 27 de Março de 2023.

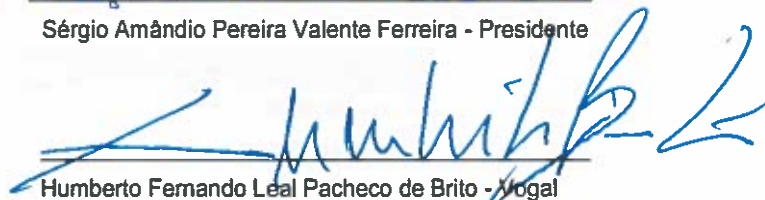
Paços de Ferreira, 27 de Março de 2023

O Contabilista Certificado

A Direção

  
Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)

  
Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente

  
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Vogal

  
Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal

**Declaração de responsabilidade**

Certificação Legal das Contas - Exercício de 2022

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC 207)  
Rua de Chãos n.º 64  
4630 – 275 Marco de Canaveses

Paços de Ferreira, 30 de Março de 2023

Exmos. Senhores

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame (Certificação Legal das Contas) das Demonstrações Financeiras da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, (que evidencia um total de Balanço de 263.193,82 euros e um total de Fundo Patrimonial de 153.123,54 euros, incluindo um Resultado Líquido Positivo de 2.285,93 euros) a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa, as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos do período findo naquela data.

1. Consideramos ser responsabilidade da Direcção fazer com que as Demonstrações Financeiras representem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do MOVELTEX, os resultados da sua atividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detetar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património do MOVELTEX.

2. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2022, que justifiquem ajustamentos ou divulgação nas demonstrações financeiras relativas ao exercício então findo, que afetem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afetando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do MOVELTEX, os seus resultados e/ou as suas atividades.



3. Foram-vos facultadas diversas atas disponíveis relativas às diversas reuniões dos órgãos sociais do MOVELTEX e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respetivas atas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respetiva documentação.

4. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transações ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das nossas demonstrações financeiras, nem de quaisquer transações que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante à normal e razoável formação dos preços.

5. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nos mapas financeiros ou servido de base à criação de provisões ou ao registo de prejuízos contingentes. O MOVELTEX tem respeitado todos os acordos contratuais que subscreveu e cuja falta de aderência possa ter efeitos importantes nas demonstrações financeiras.

6. As demonstrações financeiras incluem todos os ativos de propriedade do MOVELTEX que nelas devem figurar.

7. Os créditos a receber evidenciados no balanço montante de 42.957,03 euros representam créditos válidos sobre clientes e outros devedores por vendas realizadas ou outros encargos repercutidos ou débitos lançados em ou antes de 31 de Dezembro de 2022. A cobrança destes valores não está por qualquer forma condicionada nem existem acordos para o seu diferimento para além de um ano.

8. Todo o passivo do MOVELTEX de que temos conhecimento está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2022. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, ações judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respetivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras. Em particular:

(1) Consideramos que, caso a questão seja levantada pelas autoridades fiscais, poderemos demonstrar que as políticas de preços seguidas nas transações com entidades afins e/ou com interesses no MOVELTEX, obedecem a critérios de razoabilidade, independência e prática comercial corrente.



(2) Não temos conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, de consequências significativas, nem encarregamos os nossos advogados de tratarem de qualquer dessas matérias.

9. Procedemos ao adequado registo e/ou divulgação nas demonstrações financeiras examinadas das seguintes situações:

- (1) Contas a receber ou a pagar em nome de entidades afins ou associadas do MOVELTEX, tais como subsidiárias, afiliadas, principais Associados, Directores, gestores, bem como das transações de venda, compra, financiamento, transferência, acordos de aluguer e/ou garantias com as mesmas entidades.
- (2) Acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares.
- (3) Acordos visando a posterior reacquisição de bens vendidos até à data do balanço.
- (4) Outros acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade do MOVELTEX.
- (5) Garantias verbais e outros contratos tais como compromissos com a compra ou venda de moeda estrangeira com prévia fixação de câmbios

9. Não temos projetos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações.

10. Confirmamos que não existem outras contas bancárias abertas fora do Território Português, para além das que forma fornecidas.

11. Confirmamos a não existência de advogados.

12. Confirmamos que existem procedimentos sobre o branqueamento de capitais, e até à presente data não foram encontradas quaisquer irregularidades sobre esta matéria.

13. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a fraude ou a suspeita de fraude de que tivemos conhecimento e que afete a entidade envolvendo:

- A Direção;
- Empregados com cargos importantes no controlo interno; ou
- Outros, quando a fraude possa ter um efeito material nas Demonstrações Financeiras (ISA 240).





14. Confirmamos que foram fornecidas todas as informações em relação a alegações de fraude ou de suspeita de fraude que afete as demonstrações financeiras da entidade, comunicadas por empregados, ex-empregados ou outros (ISA 240).
15. Confirmamos que vos foram dados conhecimento de todos os casos conhecidos de incumprimento ou suspeita de incumprimento de leis e regulamentos cujos efeitos devem ser considerados na preparação das demonstrações financeiras (ISA 250).
16. Confirmamos que vos foram dados conhecimento da identidade das partes relacionadas da entidade e de todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas de que tivemos conhecimento (ISA 550).

O Contabilista Certificado

A Direção



Manuel José Pereira Monteiro (CC n.º 13.763)



Sérgio Amândio Pereira Valente Ferreira - Presidente



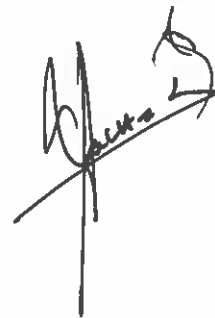
Humberto Fernando Leal Pacheco de Brito - Vogal



Ricardo Paulo Vasques de Almeida - Vogal



**Relatório e Parecer do  
Conselho Fiscal**



Senhores Associados,

**1** Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direção da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022.

**2** No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade do MOVELTEX. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos do MOVELTEX.

**3** No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) o Balanço, a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração de Fluxos de Caixa as Demonstrações de Alterações no Fundo Patrimonial e os correspondentes Anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da MOVELTEX e dos seus resultados;

ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;

iii) o Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Financeiras são suficientemente esclarecedores da evolução dos negócios e da situação do MOVELTEX evidenciando os aspetos mais significativos;

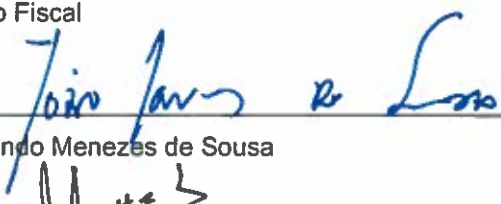
iv) a proposta de aplicação de resultados está em conformidade com as disposições estatutárias e legais aplicáveis.

4 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas da Direção e Serviços e as conclusões constantes na Certificação Legal das Contas, a qual, foi emitida nesta data sob a modalidade de sem reservas e sem ênfases, somos do parecer que:


- i) seja aprovado o Relatório de Atividades (Relatório de Gestão da Direção);
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras; e
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Paços de Ferreira, 30 de Março de 2023

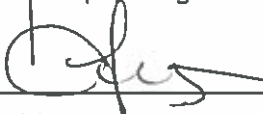
O Conselho Fiscal

  
\_\_\_\_\_

João Fernando Menezes de Sousa

  
\_\_\_\_\_

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)  
representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC 1.157

  
\_\_\_\_\_

Maria Fernanda Ribeiro Monteiro

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS****RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **MOVELTEX - Centro de Competências e de Incubação de Empresas, Associação** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 263.193,82 euros e um total de fundos patrimoniais de 153.123,54 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 2.285,93 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração de fluxos de caixa, relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a

1/3

preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

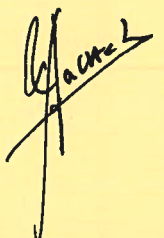
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de



- acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
  - Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
  - Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Marco de Canaveses, 30 de Março de 2023

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157